


# A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO E AS INTERFACES COM O ENFOQUE DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS<sup>1</sup>

Clóvis Dorigon<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-1555-2209>

## RESUMO

Assiste-se, nos últimos anos no Brasil, a crescente adoção de abordagens teóricas sobre desenvolvimento territorial sustentável. Neste contexto, este artigo resulta de ensaio teórico, o qual visa apresentar e discutir a noção de Sítios Simbólicos de Pertencimento, ainda pouco difundida no contexto brasileiro, e analisar suas interfaces e complementariedades em relação à noção de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). O procedimento metodológico de base consistiu de revisão de literatura. Na primeira parte do artigo, apresenta-se o conceito de Sítio Simbólico de Pertencimento, seus principais fundamentos e faz-se uma breve problematização das concepções de território e da noção de pertencimento. Num segundo momento, a título de ilustração, discute-se casos concretos de aplicação da teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e da CBST, em pesquisas realizadas no oeste de Santa Catarina. Por fim, busca-se estabelecer comparações entre as duas abordagens, apontando suas sinergias e complementariedades. Conclui-se que a articulação entre a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e a CBST representa significativos avanços teórico-metodológicos, em especial, na concepção dos recursos e ativos territoriais como pertencentes a um determinado sítio simbólico, potencializando a construção de estratégias de inclusão social e de governança territorial.

Palavras-chave: Governança Territorial. Desenvolvimento Territorial. *Homo Situs*. *Homo Oeconomicus*. Inclusão Social.

## THE THEORY OF SYMBOLIC SITES OF BELONGING AND INTERFACES WITH THE TERRITORIAL GOODS AND SERVICES BASKET APPROACH

### ABSTRACT

In recent years, Brazil has witnessed the growing adoption of theoretical approaches to sustainable territorial development. In this context, this text is a result of a theoretical essay, which aims to present and discuss the notion of Symbolic Sites of Belonging, still little diffused in the Brazilian context and analyze its interfaces and complementarities in relation to the notion of Basket of Territorial Goods and Services (CBST). The basic methodological procedure consisted of a literature review. The first part of the article presents the concept of Symbolic Site of Belonging, its main foundations and conceptions, and a brief problematization of the conceptions of territory and the notion of belonging. In a second moment, as an illustration, we discuss concrete cases of application of the theory of Symbolic Sites of Belonging and CBST, in research carried out in the west of Santa Catarina. Finally, we seek to establish comparisons between the two approaches, pointing out their synergies and complementarities. It is concluded that the articulation between the theory of Symbolic Sites of Belonging and CBST represents significant theoretical and methodological advances, especially in

---

<sup>1</sup> Este artigo resulta de dois projetos de pesquisa “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável” e “Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais” financiados, respectivamente, pelo Edital Universal do CNPq (Processo 40.9597/2018-00) e Edital de Chamada Pública FAPESC Nº 12/2020-Programa de Pesquisa Universal (Termo de Outorga Nº 2021TR000531).

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Coppe), com doutorado sanduíche pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) de Paris. Pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina/Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf). E-mail: [cdorigon@epagri.sc.gov.br](mailto:cdorigon@epagri.sc.gov.br).

the conception of resources and territorial assets as belonging to a particular symbolic site of belonging, enhancing the construction of social inclusion strategies and territorial governance.

Keywords: Territorial Governance. Territorial Development. *Homo Situs. Homo Oeconomicus. Social Inclusion.*

## LA TEORÍA DE LOS LUGARES SIMBÓLICOS DE PERTENENCIA Y LAS INTERFACES CON EL ENFOQUE DE LA CANASTAS DE BIENES Y SERVICIOS TERRITORIALES

### RESUMEN

En los últimos años, Brasil ha sido testigo de la creciente adopción de enfoques teóricos sobre el desarrollo territorial sostenible. En este contexto, este texto resulta de un ensayo teórico, que tiene como objetivo presentar y discutir la noción de Sitios Simbólicos de Pertenencia, aún poco difundida en el contexto brasileño y analizar sus interfaces y complementariedades en relación con la noción de Canasta de Bienes y Servicios Territoriales (CBST). El procedimiento metodológico básico consistió en una revisión de la literatura. La primera parte del artículo presenta el concepto de Sitio Simbólico de Pertenencia, sus principales fundamentos y concepciones y una breve problematización de las concepciones de territorio y de la noción de pertenencia. En un segundo momento, a modo de ilustración, se discuten casos concretos de aplicación de la teoría de los Sitios Simbólicos de Pertenencia y del CBST, en una investigación realizada en el oeste de Santa Catarina. Por último, se pretende establecer comparaciones entre ambos enfoques, señalando sus sinergias y complementariedades. Se concluye que la articulación entre la teoría de los Sitios Simbólicos de Pertenencia y la CBST representa avances teóricos y metodológicos significativos, especialmente en la concepción de los recursos y bienes territoriales como pertenecientes a un determinado sitio simbólico de pertenencia, potenciando la construcción de estrategias de inclusión social y gobernanza territorial.

Palabras clave: Gobernanza Territorial. Desarrollo Territorial. *Homo Situs. Homo Oeconomicus. Inclusión Social.*

### INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, houve importantes avanços teóricos em nível internacional em relação ao tema do desenvolvimento territorial. Muitas das teorias e modelos de análise ainda estão em fase inicial de difusão no Brasil, ou necessitam de adequações à realidade social brasileira. Assim, este ensaio teórico tem por objetivo discutir duas abordagens formuladas por pesquisadores franceses: a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, proposta por Hassan Zaoual e colaboradores, e a Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), concebida por Bernard Pecqueur e Amédée Mollard (Pecqueur 2001; Mollard, 2001; Mollard; Pecqueur, 2007).

A teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, embora conte com várias obras traduzidas e publicadas em língua portuguesa pelo professor Michel Thiollent, dissertações, teses e pesquisas realizadas, ainda é pouco difundida no Brasil. Já a CBST vem sendo aplicada, desde os meados dos anos 2000, a estudos no Brasil sobre o desenvolvimento territorial em zonas rurais. Em que pese a originalidade de ambas as teorias e das suas proximidades de abordagens, não há no país publicações que busquem estabelecer um diálogo entre ambas. Assim, este artigo tem por objetivo apresentar e

discutir a noção de Sítios Simbólicos de Pertencimento e analisar suas interfaces e complementariedades em relação à noção de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das conclusões. Na primeira parte, apresenta-se a teoria de Sítio Simbólico de Pertencimento, seus principais conceitos e faz-se uma breve problematização das concepções de território, de *homo situs* e da noção de pertencimento. Na segunda parte, a título de ilustração, discute-se pesquisas orientadas pelas teorias dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e da CBST realizadas numa mesma região, o oeste de Santa Catarina. Na terceira parte, estabelece-se comparações entre as duas abordagens, apontando algumas sinergias e complementariedades. Busca-se também apontar possíveis adaptações e aplicabilidades das teorias em análise às realidades dos países do Sul global com vistas à inclusão social e ao combate à pobreza. Nas conclusões, retoma-se e ressalta-se as discussões mais relevantes e aponta-se a necessidade da continuidade do diálogo entre as duas abordagens, em especial em relação à questão metodológica.

## A TEORIA DOS SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO

A teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento tem como seu principal autor Hassam Zaoual (2003, 2006a, 2006b) em colaboração com Serge Latouche (1999) e Panhuys (2006), dentre outros. Partindo da articulação de conhecimentos da filosofia, economia e das ciências sociais, a teoria de Sítios Simbólicos de Pertencimento foi formulada sob uma perspectiva de uma crítica radical aos modelos de desenvolvimento imposto pelos países ricos aos demais, a partir da denúncia da falência dos modelos de “desenvolvimento transposto” em que o livre mercado se impõe sobre as demais dimensões da vida humana, tais como as diferentes culturas, a diversidade e o respeito ao meio ambiente (Thiollent, 2003).

A concepção do humano e do social permite a Zaoual formular a teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, assim definida:

De modo essencial, cada sítio é uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio. Ele possui um tipo de *caixa preta* feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Ao lado deste aspecto feito de mitos e ritos, o sítio possui também uma *caixa conceitual* que contém seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória. Enfim, os atores em dada situação operam com sua *caixa de ferramentas* que contém seu saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios ao contexto (Zaoual, 2006a, p. 32).

Ainda de acordo com Zaoual (2006a), os sítios constituiriam o que o autor denomina de “cadinho de identidade” para as pessoas. Em outras palavras, os sítios seriam as comunidades de sentido e sistemas de pertencimento. Assim, os sítios impregnam o conjunto das dimensões dos territórios de vida, no que diz respeito às suas diversas dimensões, em relação ao tempo, à natureza, ao espaço, ao habitat, à arquitetura, ao vestuário, às técnicas, ao saber-fazer, ao dinheiro, ao empreendedorismo, dentre outras. Os sítios se materializam nos feitos e gestos dos atores e em outras

formas de materialidade e, ao mesmo tempo, os sítios são entidades imateriais que orientam a ação dos indivíduos e suas organizações sociais.

O conceito de sítio, segundo Zaoual (2003), pode ser aplicado a múltiplas escalas e organizações, como um bairro, um município, uma região, uma localidade, uma tribo, uma etnia, uma comunidade, um país, uma cultura, uma profissão, um ofício, uma empresa, uma organização qualquer. Assim, para a aplicação da noção de sítio, é preciso situá-la empiricamente, definindo-se a escala a ser adotada. “Tais entidades empíricas podem se combinar de diversas maneiras e dar lugar a macrossítios contendo uma pluralidade de microssítios, assim por diante. É preciso então situar, em cada caso, o nível de aplicação da noção” (Zaoual, 2003, p. 30).

Panhuyts (2006) argumenta que a escolha da palavra “sítio” tem grande relevância na compreensão do conceito, “pois ela remete à uma infinidade de entidades imateriais, simbólicas ou imaginárias, mas também físicas, conhecidas ou desconhecidas, reais ou virtuais: ‘sítios’ industriais ou turísticos, arranjos, sítios cognitivos, culturais, informáticos, arqueológicos, etc. O sítio é ubiqüitário, policronológico, polissêmico” (Panhuyts, 2006, p. 89). Desse modo, a teoria dos sítios – ou *sitologie* – proposta por Zaoual é fundada na consideração da diversidade, “da complexidade e da singularidade dos ‘sítios simbólicos de pertencimento, das crenças e da vida dos seres humanos’ em todas as suas dimensões e escalas” (Panhuyts, 2006, p. 13).

Como consequência da grande variedade dos espaços locais, o etos econômico estaria em harmonia com as múltiplas formas de vida e as culturas de sítio, as quais abrangem também entidades mais ou menos visíveis, tais como: ritos, manifestações sociais, regras do jogo social, saber fazer local, atividade econômica, modos de organização econômica, trocas interindividuais, circulação monetária, despesas individuais e comunitárias, habitat, as quais conferem coesão social (Zaoual, 2006a).

Do ponto de vista metodológico, o fundamental estaria naquilo que Zaoual (2002) chama de “identificação dos motores simbólicos (valores e sistemas de motivação), como também os modelos de conhecimento e de ação deles decorrentes no mundo factual” (Zaoual, 2002, p. 407).

Para Thiollent (2003), a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento ou de “pertença” (*sites symboliques d'appartenance*), formulada Hassan Zaoual, representa uma importante contribuição a uma teoria do local, em sua dialética com o global. Nessa direção, o pensamento de Zaoual estimula aos que, diante de um mundo ocidentalizado em crise, buscam orientação para a formulação de novos projetos de ação em espaços localizados, com aspectos econômicos, sociais, culturais, objetivando mobilizar atores enraizados em suas realidades e respeitando seus referenciais próprios.

Zaoual (2006a) argumenta que, mais intenso que o mecanismo de mercado, o sítio incorpora uma pluralidade de modos de coordenação, tais como a dádiva, a solidariedade, reciprocidade, cooperação, socialização, aprendizagem recíproca, dentre outras. Neste sentido, o sítio preencheria a

incompletude do mercado gerador de incerteza, já que concebe o mundo – e as atividades econômicas – como a um mosaico de diversidade, se contrapondo às visões uniformizantes.

No mesmo movimento, o princípio de abertura desvenda o fato de que a singularidade de um sítio só pode ser mantida e enriquecida por um intercâmbio de diferença. Isso afasta os perigos de visão de sítio baseada em etnia, em religião, ou em outras crenças, verifica, ainda mais, se se considerar que nenhuma instância de uma organização social é determinante. O sítio aparece, efetivamente, como uma entidade coletiva que os homens constroem em função de suas situações para se orientar e criar a confiança necessária em sua vida cotidiana. Em toda parte, o sítio substitui o acaso pela organização. Nisso, ele é redutor de incertezas. (ZAOUAL, 2006a, p. 70).

Assim, a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento concebe a diversidade humana nas suas diversas dimensões como potencial para a promoção de atividades econômicas e para a construção de relações sociais virtuosas nos múltiplos territórios – ou sítios. A seguir, busca-se expor as diferenças de concepção entre a teoria dos sítios e a da economia padrão, traduzida na contraposição entre *homo situs* e *homo oeconomicus*.

#### *Homo situs x homo oeconomicus*

Para se contrapor ao que denomina de “economia da violência”, Zaoual (2003) enfatiza a potência dos contextos de atuação dos atores e o enraizamento da economia nas crenças e nas microssociedades locais. Em contraposição ao *homo oeconomicus*, resultado do discurso da globalização e da mercantilização do mundo, Zaoual propõe o conceito de *homo situs*, sob o argumento de que os homens nunca reagem de maneira idêntica em todos os lugares, pois suas racionalidades se constroem socialmente em um determinado lugar – “*in situ*”. Essas racionalidades situadas do *homo situs* seriam diversas, compósitas, flexíveis, complexas e abertas. “Ele precisa de sentido, de direção, necessidade fundamental do homem situado no tempo, no espaço, no imaginário. O homem sem mito é um mito” (Zaoual, 2003, p. 100). De acordo com Panhuys (2006), o termo *homo situs*, no plano epistemológico, decorre da noção de sítio:

Em latim medieval, o substantivo *situs* significa situação, “localização”, o adjetivo *situs* significava “situado, posto, colocado”. Todas as designações supõem ou acarretam um posicionamento dentro de (e com relação a) espaços-tempos, ordens sociais, técnicas, políticas e culturais múltiplas (físicas, institucionais e/ou imaginárias), universo de sentido variado, mas que requerem necessariamente uma localização geográfica ou uma temporalização cronológica, ainda menos, uma significação definitiva (Panhuys, 2006, p. 90).

A noção de *homo situs* deriva das críticas às incompletudes do utilitarismo e da incapacidade da teoria econômica padrão de explicar os comportamentos econômicos. Apoiando-se nas concepções

de Amartya Sen<sup>3</sup> em relação à teoria econômica, Zaoual (2010) chama a atenção para as motivações dos comportamentos humanos, resultado da sua grande diversidade:

Este caminho conduz à consideração do contexto global da decisão econômica cujas dimensões são, na realidade, múltiplas. Esta variedade faz ruir de dentro para fora o modelo uniformizante do *homo oeconomicus*, este homem fictício que a economia criou para si mesma a fim de justificar seu projeto científico. É aqui que a teoria do *homo situs*, este homem recomposto, assegura a continuidade dos argumentos críticos de A. Sen para desenhar um novo horizonte no qual a definição que nós poderíamos dar, aproximadamente, ao *homem vivo concreto* (Zaoual, 2010, p. 14).

Desse modo, Zaoual (2010) critica a tentativa de se reduzir o homem voltado apenas à produção e consumo – o *homo oeconomicus*. Sobretudo porque, no próprio interior do saber econômico, conceitos como o utilitarismo, a satisfação, a autorregulação do mercado, a racionalidade, o crescimento, etc. estariam em questão. O conceito de *homo oeconomicus*, o qual seria um ser individualista, egoísta e calculista, reduziria o homem concreto, fazendo dele um ser sem biografia, desencarnado, buscando apenas o auto interesse, resultando numa sociedade que cria necessidades infinitas a serviço do lucro.

Para Ribeiro (2006), a teoria dos sítios demonstra, pela formulação conceitual e evidências empíricas, que a versão mais atualizada do *homo oeconomicus*, a criatura do pensamento único,

(...) é obrigada a conviver com resistências culturais territorializadas e com outras formas de conceber a vida e de agir. Afinal, o sítio é memória e ação, é virtualidade, mas também passado, futuros perdidos, experiências acumuladas, falas alternativas, regras de sociabilidade e compromissos comunitários. (Ribeiro, 2006, p. 9).

Para se contrapor ao utilitarismo do *homo oeconomicus*, Zaoual (2010) destaca o que ele denomina *racionalidade situada* na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, a qual se refere ao conjunto das dimensões de contexto de ação dos agentes econômicos. Assim, haveria um encaixe social em que a racionalidade emerge como construção social *in situ*. Ela seria variada no espaço e variável no tempo, e de natureza composta na existência de universos complexos.

Partindo da noção de pessoa de Mahieu (1997), Zaoual define o *homo situs* como sendo uma pessoa responsável, racional e socialmente razoável, que está imersa em uma rede de relações sociais e aí se formaria uma *moral de situação* que, por sua vez, daria sentido aos direitos e às obrigações de cada pessoa. “A pessoa se constrói e se comporta conforme o *que faz sentido* segundo as normas do sítio em vigor no momento” (Zaoual, 2006a, p. 52). Zaoual (2003) argumenta também que o *homo situs* é um homem plural, que articula, em sua vida cotidiana, um conjunto de imperativos morais, de

---

<sup>3</sup> Economista indiano, professor de Harvard (EUA), ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1998 por sua contribuição às teorias da escolha social e do bem-estar social. Foi um dos idealizadores do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Sen é reconhecido internacionalmente por sua dedicação ao combate à pobreza e suas obras foram traduzidas para mais de 30 idiomas.

práticas e de estratégias. “É rebelde em toda a sua abstração monodisciplinar e monocultural e, assim, recusa divisões do racionalismo ocidental, onipresente nas ciências sociais, principalmente a que legitima e gera diretamente a economia” (Zaoual, 2003, p. 59).

Essa dissidência do homem situado explicaria o fracasso das predições da teoria econômica padrão não apenas nas experiências, independentemente de sua escala, do desenvolvimento nos países do Sul, mas também sua incapacidade de explicar a imprevisibilidade dos comportamentos econômicos nos países altamente capitalistas. Desse modo, Zaoual (2003) propõe uma mudança profunda em direção a novos valores e à promoção de uma economia plural, integrando a intervenção pública, o setor das organizações de economia social e solidária e uma parte do mercado. A articulação destas várias dimensões da vida social ocorre concomitantemente com a implicação dos cidadãos no quadro de seu território local. Ele considera que estas propostas encontram atualmente condições favoráveis devido ao recente êxito de iniciativas de descentralização, de governança e de desenvolvimento local nos próprios países onde a globalização tem suas origens e seu motor.

#### O sentido de pertencimento

A noção de pertencimento é central no conceito dos sítios. Ao analisar o fracasso do desenvolvimento nos países do Sul e as incertezas das economias de mercado nos países do Norte, Zaoual (2003) argumenta que estas economias geram confusão no modo de representar o mundo e de nele agir. As tensões e recomposições seriam a raiz da afirmação das identidades e dos territórios. Em todos os lugares, cada vez mais, as pessoas sentem a necessidade de se inserir em locais de pertencimento. Assim, o homem precisa crer, pertencer a algo e ser integrado a uma sociedade (Zaoual, 2003).

Zaoual (2006a) discute que a extrema mercantilização do mundo gera uma sociedade paranoica e uma perda de balizamentos cognitivos. Em contraposição a estes efeitos, aponta para a confiança e o sentido de pertencimento, os quais constituiriam os primeiros ingredientes do dinamismo de toda organização ou sistema econômico, garantido por uma cultura compartilhada, que estaria acima de qualquer cálculo egoísta. “Em suma, o calculável precisa do incalculável, sob pena de cair em indescritíveis desordens econômicas e sociais. A técnica do economista precisa então de uma ética, sob pena de levar ao caos técnico!” (Zaoual, 2006a, p. 76).

Nesta perspectiva, o *homo situs*, homem situado, se constitui por meio de uma série de situações vividas que se faz, segundo Zaoual (2006a), por acúmulo e sedimentação de acontecimentos fundadores como guerras, sofrimentos, experiências, influências religiosas, econômicas, culturais, etc, o que conferiria aos sítios um caráter plural e singular. Dessa maneira, os atores extrairiam o código da dinâmica de seu sítio de pertencimento. “Por definição, o homem é um animal territorial.

É dentro de um universo de pertencimento trabalhado por um magma de interações e de informações que ele delibera sobre seu comportamento” (Zaoual, 2006a, p. 106).

A noção de pertencimento foi mobilizada em outros estudos, como o realizado por De La Pradelle (1996), em etnografia da centenária feira livre de Carpentras, pequena cidade localizada no sul da França. A autora busca explicar as razões e motivações que levam as pessoas a irem à feira livre numa época de predomínio de modernos canais de comercialização, como os supermercados. De La Pradelle demonstra que a feira livre se constitui em um importante espaço de contatos e de relações sociais e que a aquisição de produtos na feira livre é mais que uma simples transação comercial, trata-se de um ato cultural, repleto de representações e significados, de uma volta ao passado, à infância, de valorização de um modo de vida e de resgate ao sentido de pertencimento àquela tradição, sentimentos estes também presentes na feira de Carpentras:

Para todos os que o frequentam, a feira livre deve ser uma instituição que veio do fundo dos tempos e que felizmente se transmitiu aos dias de hoje de geração em geração. Essa valorização dos particularismos é tão internalizada que ir à feira se torna um ato cultural, um testemunho semanal, de adesão ao espírito do lugar. [...] Frequentar a feira restitui assim, pelo menos de forma fictícia, uma identidade "à antiga" - que já não é corrente num espaço nacional onde predominam outros modos de identificação - aquela conferida pelo enraizamento num *terroir*, apego a uma localidade, o pertencimento a uma cultura local, todas essas qualidades que fazem de você "alguém daqui". (De La Pradelle, 1996, p. 344) (Tradução nossa)

De La Pradelle (1996) argumenta ainda que esta necessidade de pertencimento a uma comunidade local mobiliza as municipalidades francesas para que as feiras livres desempenhem um importante papel, juntamente com outras manifestações culturais. Este sentido de pertencimento é o mesmo daquele teorizado pela noção dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Zaoual (2003, 2006a) e Panhuys (2006).

## O ENFOQUE DE CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST)

O enfoque da CBST foi formulado por Pecqueur (2001) e Mollard (2001), em seu estudo pioneiro realizado na região de Baronnies, do departamento de Drôme, Sul da França. Trata-se de região que devido às condições naturais, em especial seu relevo que dificultava a mecanização e a agricultura de grande escala, ficou à margem do processo de modernização da agricultura francesa, conduzida com maior vigor a partir dos anos de 1960. A partir de meados da década de 1980, a região se volta à valorização de seus recursos territoriais, tais como suas paisagens, relevo montanhoso, flora, fauna, patrimônio arquitetônico, tranquilidade e silêncio, produtos típicos e serviços públicos de qualidade, atributos que passaram a atrair o turismo e o estabelecimento de residências secundárias. Assim, a abordagem de CBST foi desenvolvida por Pecqueur (2001) e Mollard (2001)



para se pensar o desenvolvimento territorial de regiões rurais desfavorecidas economicamente e à margem do processo da agricultura voltada à produção de grande escala.

Pecqueur (2001) e Mollard (2001), a partir de observações empíricas demonstram que atores situados em um determinado território podem desenvolver estratégias de produção de uma oferta compósita, buscando combinar diversos bens e serviços vinculados à sua cultura e história. A partir de tais observações, os autores formulam o conceito chave de *renda de qualidade territorial*, definida como a combinação da qualidade intrínseca do produto, ancorado em um local específico, com sua história e saber-fazer. O exemplo estudado pelos autores foi o azeite de oliva *Appellation d'origine contrôlée* (AOC)<sup>4</sup> de Baronnies, o qual é vendido a um preço mais elevado que azeites de outras regiões francesas de qualidade intrínseca equivalente. Conforme argumenta Pecqueur (2001), tal diferencial de preço não pode ser explicado por uma diferença de qualidade físico-química, mas sim pela construção de uma imagem particular e pela valorização de outros serviços que estariam incorporados à imagem do azeite de Baronnies. Além disso, outros produtos derivados do azeite de Baronnies (pasta de azeitonas, sabão) e produtos como vinhos, óleos essenciais, lavanda e pousadas rurais também se beneficiam desta imagem positiva, obtendo preços médios mais elevados que de outras regiões. Tal diferença de preço foi definida por Pecqueur e Mollard como *renda de qualidade territorial*, pois pode ser estendida a outros produtos, resultando no que autores denominam de “efeito cesta”. A partir deste achado empírico, Pecqueur e Mollard desenvolvem o conceito de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (Pecqueur; 2001, 2005, 2006a, 2006b; Mollard; Pecqueur, 2007). No caso de Baronnies, a cesta foi composta a partir de um produto líder, óleo de oliva.

A Pecqueur (2001) argumenta que a existência da CBST pode ser verificada quando, por ocasião da compra de um produto de qualidade territorial, o consumidor descobre que a especificidade de outros produtos oriundos de uma produção local determina sua utilidade sobre o conjunto dos produtos oferecidos – a cesta. O que significa que a oferta de produtos relacionados gera um excedente de preço mais elevado que a soma do excedente de cada produto tomado isoladamente.

Pecqueur (2001) sublinha também que a renda de qualidade territorial é uma renda organizacional, pois ela reflete a capacidade dos atores de um determinado território de criar um processo institucional capaz de captar a disposição dos consumidores em pagar um preço maior por um produto ou cesta de produtos, valorizando atributos para além da sua qualidade intrínseca, como a paisagem, a identidade, história e cultura de um determinado lugar. O autor argumenta que tal efeito resulta de uma estratégia territorial de longo prazo, envolvendo produtores, processadores e suas cooperativas, assim como as instituições de coordenação do desenvolvimento local. Desse modo, a CBST não é a mera justaposição de bens e serviços, mas a combinação de bens e serviços privados e

---

<sup>4</sup> Apelação de Origem Controlada, equivalente à Indicação Geográfica (IG) no caso brasileiro.

públicos, estes últimos podendo ser amenidades ambientais, tais como a paisagem, o clima, mas também os investimentos públicos. Ainda no caso de Baronnies, pode-se citar como exemplo a proteção da produção das olivas em terraços financiados por fundos públicos, relacionados aos serviços de turismo.

Assim, tal renda demonstra a capacidade de sistemas produtivos de um determinado território de construir uma oferta coordenada de bens e serviços territoriais. Ou seja, os territórios resultam de um processo de construção social. Tal perspectiva remete assim à governança territorial, caracterizada por Pecqueur (2001) como um processo essencialmente dinâmico, o qual visa a formulação e a resolução de problemas produtivos. Tal coordenação, que liga os atores sociais entre si, permite revelar os recursos latentes e conduzir a criação de valor, materializada na renda de qualidade territorial.

Nesta perspectiva de desenvolvimento territorial, Pecqueur (2005) opõe duas concepções de território, o do *território dado*, sem valor agregado, ou com fatores, constrangimentos e limitações; e o *território construído*, resultado de um processo de melhoria e valorização pela ação coletiva de atores privados e públicos. O desafio para a promoção do desenvolvimento territorial consiste, segundo Pecqueur (2005), em se identificar o potencial de um território, transformando-se *recursos*, aqui entendidos como elementos a serem explorados, organizados e revelados, em *ativos territoriais* que, conforme sua própria denominação, são elementos em atividade quando as condições econômicas e sociais forem favoráveis.

A título de ilustração da aplicação de ambos os enfoques teóricos no contexto brasileiro, apresenta-se a seguir alguns resultados e análises de pesquisas realizadas num mesmo território, o oeste de Santa Catarina. No primeiro caso, mobiliza-se a noção de Sítio (Dorigon, 2008; Dorigon *et al.*, 2015; Dorigon; Renk, 2018) e, em outra pesquisa, realizada por Tecchio *et al.*, (2021), a de CBST.

## AS NOÇÕES DE SÍTIO SIMBÓLICO DE PERTENCIMENTO E DE CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST): PESQUISAS REALIZADAS NO OESTE CATARINENSE

### A noção de sítio simbólico de pertencimento em ação

Por intermédio da narrativa alimentar (produção e consumo de alimentos artesanais), problematiza-se a noção dos Sítios Simbólicos de Pertencimento partindo-se de resultados de pesquisa realizada no oeste de Santa Catarina, em diálogo com a discussão teórica. Inicialmente, expõe-se alguns argumentos e dados empíricos, visando sustentar a afirmação da existência, nesta região, de pelo menos dois sítios simbólicos de pertencimento, um dos colonos e outro dos caboclos.

O sítio dos colonos seria formado pelos descendentes dos imigrantes da Europa não ibérica – os de origem italiana, alemã e, em menor número, polonesa, que inicialmente se instalaram no Rio Grande do Sul –, alemães no Vale do Rio dos Sinos e entorno, em meados do século XIX, e italianos

na Serra Gaúcha, em fins do século XIX, e que, no início do século XX, migraram para a região oeste de Santa Catarina, constituindo as “colônias”. Na região, “colono” é também sinônimo de agricultor (Dorigon, 2008).

No oeste catarinense, região de origem dos maiores grupos econômicos agroindustriais de carnes de aves e suínos do Brasil, a partir de meados da década de 1990, intensificou-se de maneira expressiva a comercialização de “produtos coloniais”. Trata-se de um conjunto de produtos tradicionalmente processados no estabelecimento agrícola pelos agricultores – os “colonos” – para o autoconsumo familiar, tais como salames, queijos, doces e geleias, conservas de hortaliças, massas e biscoitos, açúcar mascavo, dentre outros (Dorigon, 2008; Dorigon; Renk, 2011; Dorigon *et al.*, 2015).

Conforme analisado por Dorigon (2008), “colonial” faz referência à certa cultura e tradição, ligada ao saber-fazer dos imigrantes da Europa não ibérica, ao seu modo de vida, a suas formas específicas de ocupar o território e fazer agricultura, atributos valorizados pelos consumidores. A noção de sítios simbólicos de pertencimento, neste caso, permite localizar o artefato colonial e seu conjunto de valores em uma determinada cultura e território. Conforme argumenta o autor, o colonial é a materialização destes valores sob a forma de produtos tradicionalmente consumidos pelas pessoas pertencentes a este sítio.

Dorigon e Renk (2018) analisam a existência de outro sítio simbólico de pertencimento na mesma região oeste catarinense, o dos caboclos – grupo autóctone, local, anterior à colonização pelos imigrantes de origem europeia. Os caboclos foram excluídos de suas terras para dar lugar aos colonos. Trata-se, portanto, de população mais empobrecida e excluída socialmente e ator social protagonista de uma das maiores guerras camponesas da história, a Guerra do Contestado<sup>5</sup>.

Assim como os colonos, os caboclos têm seus hábitos alimentares próprios. Os caboclos remetem-se ao passado para qualificar sua comida como “comida de gente” em oposição à comida industrializada de hoje. “Comida de gente” é aquela que é feita em casa, com sabor artesanal. Muitos desses ingredientes são tradicionalmente produzidos por gerações, como a farinha de beiju, fabricada no monjolo. Ou então a crença de que cozinhar em panela de ferro é mais saudável, e que já fazia parte da vida natural e rústica do passado (Renk; Savoldi, 2008; Dorigon; Renk, 2018). Ou, ainda, o uso da banha suína e a panela de ferro, que concedem sabor especial à comida, bem como da carne

---

<sup>5</sup> A Guerra do Contestado foi um conflito entre a população local, os caboclos, e o exército brasileiro, com auxílio de milícias privadas de fazendeiros da região. A guerra ocorreu na fronteira dos estados do Paraná e Santa Catarina, entre os anos de 1912 e 1914, envolvendo a disputa de terras, região rica em erva-mate e madeira, em especial a araucária, por onde seria construída a estrada de ferro ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. A obra foi concedida pelo Governo Federal à empresa norte-americana Brazil Railway Company, que em troca recebeu 15 km de terras de cada lado da ferrovia, terras estas já ocupadas pela população cabocla que viviam na região. Tal desapropriação gerou a revolta da população autóctone, que iniciou um levante armado. A Guerra do Contestado é considerada umas das guerras camponesas mais importantes do mundo, com um número de mortos estimado entre 10 mil a 20 mil pessoas. Para uma análise mais desenvolvida a respeito do conflito, ver Auras (1984) e Renk (1997).

de “porco comum”, ou seja, de raças rústicas criadas durante gerações pelos caboclos – muito diferentes das melhoradas nos modernos centros de pesquisa para a produção de suínos em larga escala. O abate destes animais rústicos criados para o autoconsumo resulta numa carne e torresmos diferenciados, comida muito apreciada pelos caboclos.

Conforme analisam Renk e Savoldi (2008) e Dorigon e Renk (2018), o consumo da carne de porco é acompanhado por mandioca cozida ou com quirera (trata-se de milho triturado e cozido na água), resultando no tradicional prato denominado “carne de porco com quirera”, considerado até hoje uma iguaria na região. A banha, por sua vez, é vista como um elemento étnico, já que alemães e italianos teriam incorporado óleos de vegetais. As representações dos caboclos explicitam que a longevidade cabocla dos ancestrais devia-se ao uso da banha que, além de alimento, tem elementos terapêuticos, dentre outros produtos tidos como naturais – a “comida de gente”.

Dorigon e Renk (2018) destacam que a noção de sítios simbólicos de pertencimento oferece recursos ao estudar o *homo situs* como animal territorial. No caso analisado, tem-se um território partilhado com duas territorialidades marcadas por processos históricos distintos: a inclusão pela colonização, para um grupo, e a exclusão, para outro grupo. A escolha do idioma da comida como fio condutor permite traçar o *homo situs* apontando as peculiaridades, a processualidade e os desdobramentos dos entrecruzamentos das histórias.

#### A noção de CBST em ação

A partir do referencial teórico-metodológico da CBST (Pecqueur; 2001, 2005, 2006a, 2006b; Mollard; Pecqueur, 2007), em 2019, foi realizada uma pesquisa nos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (Ameosc), com o objetivo de identificar bens, produtos e serviços que promovem o desenvolvimento territorial, ou que podem ser mobilizados para esta finalidade (Tecchio *et al.*, 2021). Os autores identificam um conjunto de recursos e ativos territoriais, com destaque para os produtos típicos e serviços associados ao turismo rural e a circuitos curtos de comercialização, além de atributos ambientais, paisagísticos, históricos e culturais, bem como a ação articulada de atores sociais na promoção de desenvolvimento territorial.

Conforme argumentam Tecchio *et al.* (2021), a trajetória histórica da região pesquisada mesclou elementos culturais dos diferentes povos. Os principais ativos territoriais identificados na Ameosc foram a *Oktoberfest*<sup>6</sup>, as sementes crioulas e os produtos coloniais. Já os recursos que podem

---

<sup>6</sup> Festa de outubro, no sul da Alemanha, comemora a vinda do outono, época das colheitas. No Brasil e para os descendentes de alemães, torna-se a festa primaveril. A *Oktoberfest* é comemorada em diversos estados, com diferentes matizes, mas principalmente entre os descendentes dos sulistas alemães católicos. A *Oktoberfest* de Itapiranga, município situado no extremo oeste de Santa Catarina é tida como a primeira do gênero no Brasil e, segundo os moradores, inspirou a realização da *Oktoberfest* de Blumenau, conhecida nacionalmente e organizada após as enchentes de 83 para auxiliar na recuperação da cidade. Para uma descrição mais detalhada da *Oktoberfest* de Itapiranga, ver Dorigon *et al.*, (2015).

ser ativados são o turismo rural, de aventura e histórico-cultural; os locais para a realização de eventos e de lazer, além da Tríplice Fronteira<sup>7</sup>.

Pode-se considerar os produtos coloniais como os que mais se aproximam da definição de CBST. Em torno dos produtos coloniais, está em curso na região a construção de agroindústrias familiares rurais organizadas em redes de cooperativas, gerando assim um importante processo de mobilização de atores, incorporando agricultores excluídos da produção de *commodities*, especialmente das cadeias produtivas de suínos, aves e grãos.

Assim, os produtos coloniais, articulados aos eventos festivos às recentes iniciativas de turismo rural e às sementes crioulas, possuem um importante potencial para a promoção de projetos de valorização territorial. Porém, conforme analisam Tecchio *et al.* (2021), a partir do referencial teórico metodológico da CBST, ainda não há uma articulação entre estas diferentes iniciativas, limitações decorrentes da ausência de sistema de governança territorial. A seguir, discute-se as proximidades e complementariedades entre teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e da CBST, buscando apontar avanços teóricos.

## NOÇÕES DE SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO E DE CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS (CBST): INTERFACES E COMPLEMENTARIDADES

O diálogo entre as abordagens dos sítios simbólicos de pertencimento e da CBST iniciou pelos dois autores que as formularam, o que confere reconhecimento recíproco das aproximações entre as formulações teóricas. Zaoual (2003) faz referência à teorização do desenvolvimento local formulada por Pecqueur (1999, 2000), em relação à uma articulação mais efetiva entre o econômico e o social e do deslocamento do global em direção ao local, apontando as similaridades de concepções entre as duas teorias. Pecqueur (2006a), por sua vez, ao citar Zaoual (2002), coloca-se de acordo em relação ao desenvolvimento econômico ser sempre situado. Ele remete também à “sitologia” de Zaoual, destacando que o sítio é irredutível a nenhum outro, sendo situado em termos de racionalidade dos atores econômicos. Assim, uma economia não situada seria impensável, sendo necessária a ancoragem territorial para a organização econômica do mundo (Pecqueur, 2006a).

Uma das questões centrais em ambas as noções são suas visões a respeito dos mercados. Zaoual (2003) discute a descrença na ideia de progresso definido e imposto pela tríade mercado, tecnologia e ciências, ao mesmo tempo que questiona a concepção de riqueza e defende uma profunda revisão, tanto em seus conceitos como em seus indicadores econômicos. Esse autor argumenta também que a economia sem ética, entregue a si mesma, multiplica todo tipo de risco para o gênero humano e que o homem moderno necessita de sentido, de ancoragem e de vínculo social, o que a

---

<sup>7</sup> A Tríplice Fronteira é demarcada pelo “Marco Grande”, monumento que indica a divisa entre dois países (Brasil e Argentina), três estados (Santa Catarina, Paraná e Missões) e três municípios (Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen) (Tecchio *et al.* 2021).

economia do capital não é capaz de oferecer. “Ao contrário, imposto o reinado da quantidade e da competição, ela destrói os fundamentos morais e solidários da sociedade. Será que é por acaso que os valores éticos e o respeito à natureza tornam-se essenciais aos olhos dos executivos da grande sociedade industrial?” (Zaoual, 2003, p. 92). Assim, a ética renovada e a sociedade devem substituir o mercado, contê-lo e orientá-lo para uma nova concepção de progresso humano.

Pode-se se argumentar que estas diversidades resultantes da ação do *homo situs*, no caso de CBST, traduzem-se na identificação e valorização das especificidades dos recursos e ativos territoriais. Assim, a noção de CBST está mais centrada à identificação e promoção de recursos e ativos territoriais específicos voltados aos mercados, os quais poderiam gerar renda de qualidade territorial. A abordagem da CBST foi formulada para apreender iniciativas sociais de transformação de recursos em ativos, através da mobilização e arranjos de atores (Pecqueur, 2005), em especial para incorporação aos mercados de regiões pobres e atores sociais excluídos dos mercados de *commodities*, promovendo-se assim o desenvolvimento territorial.

Já em relação à teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, embora esta considere os mercados importantes, estes seriam apenas uma das dimensões a ser considerada. Assim, no que diz respeito aos produtos e serviços que valorizem recursos e ativos específicos dos territórios construídos (Pecqueur, 2001; Pecqueur, 2006a, 2006b; Pecqueur, 2005; Mollard; Pecqueur, 2007; Cazella *et al.*, 2020), estariam contidos também as paisagens, o saber-fazer específico, a cultura, a trajetória e história de determinado grupo social e suas redes de relações, em especial, a dimensão do sentido de pertencimento a um determinado território e a uma cultura.

Ao comparar-se as duas abordagens, percebe-se que a dos Sítios Simbólicos de Pertencimento dá destaque às dinâmicas locais, ao espaço cognitivo de pertencimento e ao reconhecimento da diversidade de práticas dos atores enraizados em seus universos locais. Em suas proximidades, tanto a noção de Sítio Simbólico de Pertencimento quanto a de CBST tomam o território como sendo a escala mais adequada para se pensar estratégias de desenvolvimento. Entretanto, ao se pensar estes territórios como sítios – espaço simbólico e cognitivo –, a noção de sítio permite identificar e mobilizar os comportamentos e os códigos culturais, as normas, as convenções, as instituições locais e o meio local circundante. Como *estrutura imaginária* de coordenação econômica e social, a concepção de Sítio permite associar estas diferentes dimensões, das quais os mercados seriam apenas uma delas.

Assim, o território construído, de acordo com a definição de Pecqueur (2005), pode ser pensado como Sítio a partir de suas três caixas de elementos (a *caixa preta*, simbólica, a qual contém os mitos fundadores, valores e crenças; a *caixa conceitual*, na qual está contido o saber, as teorias, os modelos e; a *caixa de ferramentas*, que contém o saber fazer, as técnicas e o saber das práticas locais que o definem). Em contrapartida, a noção de CBST possibilita mobilizar estratégias de construção

de mercados em determinado Sítio, o que, na teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, não está suficientemente analisada. As noções de recursos e ativos específicos de territórios rurais, bem como a da renda de qualidade territorial – e a própria noção CBST – permitem o desenho de estratégias de desenvolvimento territorial de regiões marginalizadas economicamente, excluídas dos mercados das *commodities*.

Uma das críticas feitas à noção de CBST estaria relacionada aos seus limites em relação à inclusão social e combate à pobreza, necessitando ser adaptada às realidades de países e regiões pobres para que contemplem a vulnerabilidade social, a pobreza e o limitado acesso aos meios de produção, em especial a terra (Cazella *et al.*, 2020; Tecchio *et al.*, 2021). A questão da inclusão social e do combate à pobreza é tema central na obra de Zaoual. Ao defender uma nova ordem multicultural e da diversidade, ancoradas em conteúdos simbólicos e territoriais, Zaoual (2006) argumenta que o mercado formal não incorpora tais preocupações, ao mesmo tempo aponta para emergência das novas iniciativas, denominadas de economias dissidentes. Tal proposição parte da constatação dos repetidos fracassos dos modelos de desenvolvimento impostos aos países do Sul, inclusive daqueles que propõem uma ruptura com o capitalismo global. Zaoual critica tais modelos denominados de *desenvolvimento transposto*, que apenas introduziria uma *economia de renda* – economias limitadas à produção de *commodities* agrícolas, minerais ou à produção de manufaturados, porém de baixo valor agregado nos mercados globais. Tais economias de renda estariam presente na maioria destes países de capitalismo periférico (Zaoual, 2006a).

Como contraponto a estes modelos econômicos transpostos, Zaoual (2006a) chama a atenção para a dinamicidade e inovação da “economia informal”. Por um lado, “a palavra ‘informal’ quer dizer literalmente que se está lidando com objetos desprovidos de formas reconhecíveis pela ciência normal do paradigma econômico que é aceito no plano científico. O Pensamento dominante só reconhece seus objetos, os que ele próprio tem concebido” (Zaoual, 2006, p. 209). Zaoual (2006) argumenta que as atividades pertencentes à galáxia informal possuem grande desempenho econômico e social. Sem ajuda ou financiamento das instituições da economia formal, as economias informais geram inovação endógena, emprego, renda e, portanto, coesão social. Estas micro-organizações seriam também espaços de aprendizagem e seu desempenho resultaria de uma estreita imbricação da cultura dos atores, do econômico e do social.

Não se intenciona desenvolver aqui um diálogo mais aprofundado entre as abordagens que analisam os mercados informais. Pretende-se chamar a atenção, apenas, para a relevância deste tema em projetos que visem gerar oportunidades de emprego e renda, especialmente entre as populações mais pobres e excluídas das economias formais. No entanto, pode-se recorrer a Wilkinson e Mior (1999) para ampliar a discussão, pois elaboram uma instigante análise do mercado informal de alimentos. Estes autores argumentam que, no mundo acadêmico e nos organismos internacionais,

existem diversas definições do que seja o setor informal, bem como avaliações positivas e negativas do seu significado. Analisam que há autores que o identificam com a pobreza e/ou as sonegações, enquanto no outro extremo estão os que o veem como uma reação criativa à burocracia estatal e à inadequação na provisão de serviços públicos e privados. Wilkinson e Mior (1999) diferenciam também o setor informal do ilegal, pois os produtos deste último são proibidos, como no caso da droga, do contrabando ou da burla de direitos trabalhistas. Já o setor informal caracteriza-se por atividades cujos processos de produção não se enquadram nos padrões de regulação vigentes. Assim, o setor informal é definido fundamentalmente a partir das normas reguladoras do Estado.

O setor informal, portanto, define-se como uma atividade que não adota as normas e as regulamentações que prevalecem num determinado momento no setor em que opera. Estas normas e regulamentações, no limite, podem representar imposição de interesses específicos dentro do setor e a simples criação de barreiras à entrada. Por outro lado, eles podem expressar valores ou objetivos compartilhados, mas para os quais existiriam opções alternativas de normas e regulamentações. E, finalmente, estas normas e regulamentações podem representar um “ideal”, refletindo valores e conhecimentos consensuais, tanto do lado da produção quanto do consumo, mas cuja adoção implica custos proibitivos. (Wilkinson; Mior, 1999, p. 32).

Este é o caso da produção artesanal de alimentos no Brasil. Aqui, o tema da qualidade é central e esta aparece como um bem difuso que poderia, inclusive, motivar a permanência ou o fortalecimento da informalidade no seio da economia agroalimentar. Portanto, junto com as estratégias não agrícolas e artesanais do novo mundo rural, fica claro, pelo tamanho do setor informal, que ainda existem mercados importantes já ocupados pela produção familiar nas cadeias de produtos alimentares tradicionais que precisam ser mantidos, bem como novos mercados conquistados (Wilkinson, 2008). A produção artesanal, ao possuir uma escala e processos absolutamente fora dos parâmetros da indústria, foi deslocada para o setor informal e veio a abrigar-se sob o único ambiente institucional que podia, ainda, promover a reprodução de seu patrimônio (Dorigon *et al.* 2012).

Outra interface importante entre a noção de Sítios Simbólicos de Pertencimento e a de CBST diz respeito à noção de governança territorial. Zaoual propõe uma mudança profunda em direção a novos valores e à promoção de uma economia plural, integrando a intervenção pública, o setor das organizações de economia social e solidária e uma parte dos mercados. Segundo Zaoual (2006), a articulação destas várias dimensões da vida social deveria ocorrer concomitantemente com a implicação dos cidadãos no quadro de seu território local. Esta visão de governança territorial é bastante próxima à da CBST. Ambas as noções compartilham valores relacionados à participação dos atores mobilizados em torno do desenvolvimento territorial, propondo a adoção de métodos participativos, em especial a pesquisa-ação. Zaoual (2006) argumenta que as noções de governança orientadas pela participação dos atores sociais de determinado território – ou sítio –, encontra as condições favoráveis devido ao recente êxito de iniciativas de descentralização, de governança e de



desenvolvimento local nos próprios países onde a globalização tem suas origens e seu motor. Portanto, a noção de Sítios Simbólicos de Pertencimento pode ser vista como “conceito sensibilizador” para se pensar a governança de um determinado território, do qual a Cesta de Bens e Serviços Territoriais seria parte constitutiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se discutir neste texto as interfaces e complementariedades entre duas noções teóricas correlacionadas ao tema do desenvolvimento territorial, a dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e a de Cesta de Bens e Serviços Territoriais. A partir da realização de análise comparativa entre as duas teorias, um primeiro ponto a se destacar é o de que pensar um território enquanto um Sítio Simbólico de Pertencimento permite incorporar às análises as diversidades resultantes da ação do *homo situs*. Nesta perspectiva, o *homo situs* atua dentro de um universo de pertencimento, resultado do acúmulo de situações vividas de experiências passadas. Este sentido de pertencimento e de construção de relações de confiança estaria na base do dinamismo das organizações ou sistemas econômicos, garantido assim uma cultura compartilhada, a qual estaria acima de qualquer cálculo egoísta, preceito básico da economia de mercado.

No caso da CBST, a diversidade traduz-se pela identificação e valorização das especificidades dos recursos e ativos territoriais voltados aos mercados, os quais poderiam gerar uma renda de qualidade territorial. Já em relação à teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, concebida como *estrutura imaginária* de coordenação econômica e social, possibilita associar estas diferentes dimensões, dentre as quais os mercados seriam apenas uma delas. Assim, o sentido de pertencimento a um determinado território e a uma cultura ganha relevância e pode ser incorporado a produtos e serviços que valorizem recursos e ativos específicos dos territórios construídos, tais como as paisagens, o saber-fazer específico, a cultura, a trajetória e história de determinado grupo social, suas redes de relações e das práticas dos atores enraizados em seus universos locais. A noção de pertencimento confere, portanto, importante complementaridade à abordagem da CBST.

Em contrapartida, a noção de CBST possibilita desenvolver estratégias de construção de mercados de determinado Sítio, o que na teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento não está suficientemente desenvolvida. As noções de recursos e ativos específicos de territórios rurais, bem como a da renda de qualidade territorial – e a própria noção CBST –, permitem o desenho de estratégias de desenvolvimento territorial de regiões marginalizadas economicamente, excluídas dos mercados das *commodities*.

A teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento destaca também o potencial das economias informais para inclusão social e o combate à pobreza. Tais economias possuem ainda grande desempenho econômico e social, são fontes de inovação, geram empregos, renda e, portanto, coesão

social. No caso de projetos de desenvolvimento territorial que busquem a inclusão social e combate à pobreza, trata-se de buscar compreender as razões que levam à informalidade para então se desenhar projetos, programas e políticas que busquem integrar a informalidade em ações formais.

Outra contribuição relevante da teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento à noção de CBST diz respeito à noção de governança. Pensar os territórios em termos de Sítios permite associar os mundos simbólicos e morais das pessoas e suas práticas cotidianas. Assim, a governança territorial partiria da identificação e mobilização dos “cadinhos de identidades” dos atores sociais de um determinado Sítio, indo além da mobilização social em torno dos recursos e ativos territoriais. Em relação à participação social, ambas as abordagens teóricas analisadas partilham dos valores de métodos participativos de pesquisa, em especial para a construção de sistemas de governança. Esta convergência pode potencializar ambas as teorias, mostrando a possibilidade e a necessidade de novos estudos para o aprimoramento de sistemas de análise de desenvolvimento territorial, articulando as noções de Sítios Simbólicos de Pertencimento e a de CBST, tendo como método a pesquisa-ação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURAS, M. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984. 177 p.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, G&DR*. Taubaté, v. 16, n. 3. P. 196-206, 2020. Disponível em: <https://rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881/985>. Acesso em: 09 dez. 2021.

DE LA PRADELLE, M. *Les vendredis de Carpentras*. Paris: Fayard. 1996. 374 p.

DORIGON, C.; RENK, A. Os sítios simbólicos de pertencimento dos colonos e dos caboclos do oeste de Santa Catarina. *Revista Grifos*, Chapecó, v. 27, n. 45, p. 140-158, 2018. <https://doi.org/10.22295/grifos.v27i45.4463>.

DORIGON, C.; RENK, A.; SILVESTRO, M. L.; SILVA, C. A.; SAVIO, J. *Produtos coloniais: tradição e mudança*. Chapecó: Argos, 2015. 432 p.

DORIGON, C.; RENK, A.; SILVA, C. A. Produtos coloniais como narrativa de comida e migração no oeste catarinense. In: Reunião Brasileira de Antropologia – desafios antropológicos contemporâneos, 28, 2012, São Paulo, *Anais [...]*. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Antropologia, 2012. p. 1-21. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_28\\_RBA/index.html#](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_28_RBA/index.html#) Acesso em: 01 dez. 2021.

DORIGON, C.; RENK, A. Técnicas e métodos tradicionais de processamento de produtos coloniais: de “miudezas de colonos pobres” aos mercados de qualidade diferenciada. In: *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, v. 58, n. 1, p. 101-113, jan./jun. 2011. P. 101-113. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/rea/2011/rea8-1-11.pdf> Acesso em: 09 jan. 2022.

DORIGON, C. *Mercados de produtos coloniais da Região Oeste de Santa Catarina: em construção*. 2008, 437 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Engenharia de Produção

- Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- LATOUCHE, S. L'approche culturelle: le site et la niche. In: LATOUCHE, S.; NOHRA, F.; ZAOUAL, H. (Org.) *Critique de la raison économique*. Introduction à la théorie des sites symboliques. Paris: L'Harmattan, 1999. p. 59-78.
- MAHIEU, F. R. *Une anthropologie économique de la survie*. C3ED, Polycopié, 1997.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Économie Rurale*, v. 263, n° 261, p.16-34, 2001. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_263\\_1\\_5240](https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_263_1_5240)>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- MOLLARD, A. Le “panier de biens” des Baronnie. Comment valoriser les qualités spécifiques d'un territoire. *Revue Paysans*, n° 293, p. 01-06, 2005.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services. Histoire succincte d'une recherche. *Économie Rurale*, Paris, n. 300, p. 110-114, 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/economierurale/2270>>. Acesso em: 30 jan. 2022.
- PANHUYS, H. *Do desenvolvimento global aos sítios locais: uma crítica metodológica à globalização*. Rio de Janeiro: E-papers, 2006. 145 p.
- PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 81-103, 2006a. [https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista\\_eisforia\\_n4.pdf](https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf). Acesso em: 20 fev. 2022.
- PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 135-153, 2006b. [https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista\\_eisforia\\_n4.pdf](https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf). Acesso em: 15 fev. 2022.
- PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, Campina Grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10–22, 2005. <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. Paris, *Economie Rurale*, n. 261, p. 37-49, 2001. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_261\\_1\\_5217](https://www.persee.fr/doc/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217). Acesso em: 19 fev. 2022.
- PECQUEUR, B. *Mutations économiques et dynamique des territoires*. Paris: L'Harmattan, 2000.
- PECQUEUR, B. *Le développement local: mode ou modele?* Paris: Syros, 1999.
- RENK, A. *A luta da erva – um ofício étnico da nação brasileira*. Chapecó: Argos, 1997.
- RENK, A.; SAVOLDI, A. *Inventário da cultura imaterial cabocla no oeste de Santa Catarina*. Chapecó: Argos, 2008. 128 p.
- RIBEIRO, A. C. Prefácio. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França/COOPE/UFRJ, 2006a. p. 7-14. Tradução de Nouvelle économie des initiatives locales.
- TECCHIO, A.; CAPELLESSO, A. J.; DORIGON, C.; CAZELLA, A. A. Desenvolvimento Territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a Abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-desenvolvimento-territorial-no-extremo-oeste-de-santa-catarina-a-abordagem-da-cesta-de-bens-e-servicos-territoriais.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2022.
- THIOLLENT, M. *Metodologia de pesquisa-ação*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 132 p.

- THIOLENT, M. Apresentação. In: ZAOUAL, H. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 7-11.
- WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ, n. 13, p. 29-45, 1999. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/159/155>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- ZAOUAL, H. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 13-39, 2010. Disponível em: <http://www.revistaosikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/196/126>". Acesso em: 16 nov. 2021.
- ZAOUAL, H. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França/COOPE/UFRJ, 2006a. 256 p.
- ZAOUAL, H. *Manegement situé et développement local*. Paris: l'Harmattan, 2006b. 215 p.
- ZAOUAL, H. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez, 2003. 120 p.
- ZAOUAL, H. *Du rôle des croyances dans le développement économique, thèse de doctorat d'Etat ès sciences économiques*, Universidade de Lille 1, mars 1996, 478 p. Paris, L'Harmattan, oct. 2002, 624 p. Disponível em: [https://www.editions-harmattan.fr/livre-du\\_role\\_des\\_croyances\\_dans\\_le\\_developpement\\_economique\\_hassan\\_zaoual-9782747531788-12758.html](https://www.editions-harmattan.fr/livre-du_role_des_croyances_dans_le_developpement_economique_hassan_zaoual-9782747531788-12758.html). Acesso em: 13 out. 2021.